

## Um Resgate Conceitual da Compreensão da Igreja como Povo de Deus à luz doDOC.105 da CNBB

*A CONCEPTUAL RESCUE OF THE UNDERSTANDING OF THE  
CHURCH AS A PEOPLE OF GOD IN THE LIGHT OF DOC. 105 OF  
THE CNBB.*

*Anderson Frezzato<sup>1</sup>*

**Resumo:** Reunidos em Assembleia, os bispos brasileiros, no ano de 2016, olhando para a realidade da Igreja no Brasil, promulgaram o Doc. 105, cujo título é “Cristãos leigos e leigas, na Igreja e na sociedade” – Sal da Terra e Luz do Mundo, conforme Mateus ,capítulo 5 (versículos 13-14. Nesse documento, há um esforço por atualizar as assertivas do Concílio Vaticano II, sobretudo o que se refere eclesiologia conciliar renovada, ressaltando a afirmação da imagem da Igreja como Povo de Deus. Dessa forma, este artigo quer resgatar a compreensão da Igreja como Povo de Deus, presente segundo capítulo da *Lumen Gentium* e ver sua aplicação na atualidade explicita no Doc. 105. O trabalho usa por método a leitura das escrituras que falam da constituição do Povo de Deus desde o Antigo Testamento e sua continuidade no Novo Testamento, além de apresentar o pensamento de diversos autores como referências teóricas que tratam da temática.

**Palavras-chave:** Povo de Deus; Concílio Vaticano II; laicato; eclesiologia.

---

Artigo recebido em: 08 Jun. 2018

Aprovado em: 21 Nov. 2019

<sup>1</sup> Mestrando em Teologia Sistemática pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, do Programa de Estudos de Pós-graduados em Teologia na área de sistematização da fé cristã. Departamento de Teologia. Unidade Campus Ipiranga. Endereço: Avenida Nazaré, 993, Bloco 1. CEP 04262-100 São Paulo (Capital). Email: secteologia@pucsp.br Telefone (11) 2065-4614. Endereço do autor: Praça Mons. João Batista Lisboa nº 119. CEP 13900 080 Cx Postal 58 - Amparo SP. E-mail: afrezzato@gmail.com Telefone (19) 992359471

**Abstract:** Meeting in Assembly, the Brazilian Bishops, in 2018, looking at the reality of the Church in Brazil, promulgated Doc. 105, whose title is "Lay Christians, in the Church and in society" - Salt of the Earth and Light of the World, according to Matthew chapter 5 (verses 13-14). In this document there is an effort to update the assertions of the Second Vatican Council, especially the conciliar ecclesiology and all the affirmation of the image of the Church as People of God. In this way, this article wants to rescue the concept of Church, People of God, from the second chapter of *Lumen Gentium* and applied at the present time. The work uses the method of reading the scriptures that speak of the constitution of the People of God from the Old Testament and its continuity in the New Testament, besides presenting the thinking of several authors as theoretical references and that deal with the theme.

**Keywords:** **People of God;** Second Vatican Council; laity; ecclesiology.

## Introdução

O Concílio Vaticano II afirmou na Constituição Dogmática *Lumen Gentium* que a Igreja é Povo de Deus. Depois de muitas reflexões em torno da Igreja, debates e tensões, o Segundo Capítulo dessa Constituição, intitulado *O Povo de Deus*, traz a elaboração de uma nova ecclesologia, cuja característica marcante está no deslocamento da visão centrada na definição da Igreja a partir da hierarquia para uma perspectiva que leva em conta a dignidade batismal.

Trata-se de uma mudança de visão ecclesiológica advinda de uma nova retomada e leitura das Sagradas Escrituras, do resgate das assertivas Patrísticas e de fundamentos teológicos tão fomentados pela *Nouvelle Theologie*. Ainda mais, dos novos questionamentos com que a Igreja se deparou em relação às transformações da sociedade, como a velocidade da imprensa, novos usos de mídias, aumento de Igrejas Pentecostais, sobretudo no continente latino-americano. Diante de tudo isso, como afirmou o Papa João XXIII, no discurso de abertura do Concílio Vaticano II, em 1962, que a Igreja necessitava de “novos tempos de renovação e abertura”.

Nesse sentido, cabe às Conferências episcopais descobrir os modos, a partir de cada cultura, de atualizar e aplicar as propostas do Concílio Vaticano II. No contexto da Igreja no Brasil, os bispos reunidos na 54<sup>a</sup> Assembleia Geral, em Aparecida, no período de 6 a 15 de abril, promulgaram o Doc. 105 “Cristãos Leigos e Leigas na Igreja e na Sociedade” – Sal da Terra e Luz do Mundo (Mateus 5, 13-

14). Acreditamos que esse documento vem corroborar com o que afirmamos acima: é o modo de trazer o Concílio Vaticano II presente na vida e ação da Igreja no hoje do tempo. O Documento trata e repropõe temas conciliares tão importantes como a vocação batismal, sacerdócio comum, protagonismo laical e, sobretudo, o resgate da compreensão da Igreja como Povo de Deus.

Essa compreensão da Igreja como Povo de Deus afirmada pelo Vaticano II e retomada pelo Doc. 105 é, portanto, o objeto material de nossa pesquisa. Propomos neste artigo pesquisar os fundamentos dessa compreensão da Igreja. O método usado é levantar quais os fundamentos teológicos que o Concílio utilizou para afirmar que a Igreja é Povo de Deus e que foram de inspiração para os bispos brasileiros na elaboração do Doc. 105. Nosso artigo, então, tem a intenção de fazer um resgate conceitual da imagem da Igreja como Povo de Deus à luz do Doc. 105 da CNBB.

## 1. Antigo Testamento: Quem é o Povo de Deus?

A expressão *Povo de Deus*, sem seu sentido literal, encontra-se raramente no Antigo Testamento – Números capítulo 11 (versículo,29; 17,6), Juízes capítulo 5 (versículo 11), I Samuel capítulo 1 (versículos 12; 6,21; 14,13), 2Reis capítulo 9 (versículo 6) , Sabedoria capítulo 2 (versículo 10) - O termo “povo” (*laós*) é empregado cerca de 360 vezes. Desse modo, podemos afirmar, mesmo que de forma introdutória, que a realidade da Igreja, como Povo de Deus, não aparece de modo explícito no Antigo Testamento. São encontradas apenas manifestações diversas análogas, ou seja, indicativas da Igreja<sup>2</sup>.

Certamente, toda a Teologia da Igreja que fora herdada das Escrituras, é antes de tudo simbólica. O Concílio Vaticano II, na *Lumen Gentium*, retoma essa tradição escriturística. O resgate dessa simbologia aparece, aqui, como uma chave hermenêutica para a definição da Igreja como Povo de Deus. A ideia da nação eleita que se torna povo de Deus dentro do Antigo Testamento será retomada pelo Concílio para definir a Igreja como, justamente, continuidade desse povo. Será um novo povo por causa da Nova Aliança realizada por Cristo. É, portanto, dentro da mediação histórico-bíblica que se coloca o símbolo de Povo de Deus<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> ALMEIDA, Antonio José. *Lumen Gentium: a transição necessária*. São Paulo: Paulus, 2005, p. 76.

<sup>3</sup> LAMBERT, Bernard. *A nova imagem da Igreja*. Trad. De Nestor Dockhorn. São Paulo: Herder, 1969, p. 83.

O DOC. 105, no nº 94, corrobora aquilo que afirmamos. Segue:

Uma das compreensões centrais da Igreja na tradição bíblico-eclesial e desenvolvida de maneira privilegiada no Vaticano II é a de Povo de Deus. Esta noção sugere a importância de todos os membros da Igreja, como propriedade particular de Deus, reino de sacerdotes e nação santa”<sup>4</sup>.

De modo germinal, dentro da história da salvação, a noção de Povo de Deus começa a ser admitido mesmo que tal referência seja pautada na vocação pessoal de Abraão. Através do chamado de Abraão, mesmo que pessoal e exclusivo, abre-se uma promessa da formação de um povo aos olhos de Deus, uma vez que a vocação de Abraão não está apenas em professar a fé em um único Deus, mas dar a Deus uma descendência numerosa que acreditará na ação de um Deus único. Afirma, o DOC 105, no nº 95, que “o chamado de Deus, mesmo quando se dirige a uma pessoa, tem sempre em vista o serviço a todo um povo e, por este povo, a todos os povos em uma dinâmica universal”.

A imagem de Povo de Deus, sem sombra de dúvida, tem sua origem no deserto da Arábia. Há, no começo da história de Israel uma experiência coletiva originante: um grupo de escravos e exilados escapa do Egito, sob a direção de Moisés, um enviado de Deus<sup>5</sup>. Depois de terem passado cerca de quarenta anos em peregrinação, lutando no deserto, esses nômades se apossaram das margens do Jordão e das montanhas da Judéia e se estabeleceram na Palestina. Essa epopeia, de certo, não passaria de um acontecimento banal e sem valor de significação sem uma reflexão religiosa. Esta reflexão religiosa, baseada, principalmente, no sentido de eleição e de convocação desses israelitas como Povo de Deus por meio de uma *berit*, Aliança<sup>6</sup>.

Afirma a *Lumen Gentium*:

“Aprove Deus santificar e salvar os homens não singularmente, sem nenhuma conexão uns com os outros, mas constituí-los num povo, que O

---

<sup>4</sup> CNBB. *Cristãos leigos e leigas na Igreja e na Sociedade*. Sal da Terra e Luz do Mundo (Mt 5, 13-14). Documento 105. CNBB. Brasília: Edições CNBB, 2016, p. 59.

<sup>5</sup> Cf. Ex 2-15.

<sup>6</sup> LAMBERT, Bernard. *A nova imagem da Igreja*. Trad. De Nestor Dockhorn. São Paulo: Herder, 1969, p. 85.

conhecesse na verdade e santamente O servisse. Escolheu por isso Israel como seu Povo. Estabeleceu com ele uma Aliança. E instruiu passo a passo. Na história desse povo Deus manifestou a Si mesmo e os desígnios de Sua vontade”<sup>7</sup>.

A Aliança que Deus faz com seu Povo, pela mediação de Moisés no Monte Sinai, é inseparável da eleição de Israel como seu único Povo, perante o qual, Deus mostrará sua vontade. Foi assim que, no interior do processo da constituição do povo, é que se deu a consciência do evento da revelação da escolha, da Aliança, das promessas. *Iahweh* é, então, o Deus de Israel e será justamente esse Deus que protegerá a nação. E por meio da Aliança, o povo recebe a Lei, princípio da unidade ética, moral, religiosa e litúrgica. Israel surge como povo no momento em que as várias tribos estabelecem uma federação entre si, no intuito de sobreviverem às guerras contra povos militarmente mais fortes e também para terem uma coesão religiosa.<sup>8</sup>

Assim, o elemento formal que caracteriza Israel como Povo de Deus é a Aliança (*berit*), pela qual Deus, assumindo seu papel como protagonista da criação, assume também a tarefa de se empenhar na promoção da libertação dos seus eleitos. A Aliança de Deus com seu povo pode ser descrita em termos de *hesed*, que exprime a fidelidade do amor divino. É nesse sentido que Deus é o Pai de Israel, que é seu filho, seu primogênito, primícias de sua colheita. Em contrapartida, esse povo deverá corresponder a esse amor divino, vivendo para Deus e sendo-lhe fiel. E, mesmo diante das infidelidades, Deus procurará resgatar seu povo e colocá-lo em seu caminho para que, não se vangloriando de sua vocação, os israelitas se empenhem em ser sinal para todos os povos.<sup>9</sup>

A ideia de que o sentido de Aliança é um compromisso recíproco entre Deus e seu povo fez com que ficasse clássico e ressoasse por todo o Antigo Testamento o versículo 7 de Ex 2: “Eu serei o vosso Deus e vós sereis o meu povo”, encontrando ressonância em outros textos<sup>10</sup>. De fato, o povo se consolida como Povo de Deus, seja porque foi escolhido por Deus, seja porque escolheu a Deus. Cronologicamente, o povo aparece anterior à sua

---

<sup>7</sup> Cf. LG, nº 9.

<sup>8</sup> BOFF, Leonardo. *Do lugar do Pobre*. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 48.

<sup>9</sup> ALMEIDA, Antonio José. *Lumen Gentium: a transição necessária*. São Paulo: Paulus, 2005, p. 77.

<sup>10</sup> Estes textos são: Lv 26,12; Dt 26,12; Dt 26,17; 2Sm 7,24; Jr 7,23; 31,33; Ez 11,20.

adjetivação como Povo de Deus, embora, teologicamente, o povo só vai ser Povo de Deus quando explicita sua busca em direção a Deus.<sup>11</sup>

É preciso destacar um dado de importância no que se refere ao sentido de revelação de Deus ao seu Povo. Por um lado, os profetas sempre propagaram a transcendência divina, opondo-se radicalmente à concepção tribal de uma divindade local e particularizada que os antigos hebreus haviam herdado dos povos circunvizinhos. Por outro, essa ação transcendente se realiza num povo concreto, ligado a uma terra, um povo como qualquer outro, que em tudo participa das mesmas contingências humanas, como a pobreza, as doenças, a morte.

Esse povo, ligado a Deus por laços de fidelidade e obediência, nem sempre permanecerá fiel ao seu compromisso de ter somente a *Iahweh* por Deus, comprovado no episódio do bezerro de ouro, sinal da idolatria religiosa (Êxodo 32). A vida de caminhada no deserto, característica do povo exodal, mostra, com clareza, que a eleição divina em nada destrói a natureza humana e os limites da existência. Mesmo assim, Deus permanece paciente e fiel, retoma a Aliança, quebrada pelo povo (Exodo 34), uma vez que Deus nunca se esquece de suas promessas. Isso tudo para entender que a história do Povo é cheia de tensões e retrocessos, ao mesmo tempo que sobrenatural.<sup>12</sup>

Não se pode esquecer-se de que sem uma experiência coletiva, a história da constituição do Povo de Deus, no Antigo Testamento, ficaria incompleta. No século IV antes de Jesus Cristo, Jerusalém é invadida, em 586, pelo rei babilônico Nabucodonosor, sendo destruída a cidade e o Templo. Uma grande parte do povo é levada para o exílio (2 Reis 25). Fica para trás somente rastro de destruição. Foi desmantelada a coesão do povo. Nesse período da história de Israel, os profetas têm papel importantíssimo, pois a vocação deles está em ajudar aos israelitas a superar a crise nacional e religiosa, mediante o resgate da história da salvação, que, em outras palavras, é senão o resgate da Aliança. Toda reflexão profética encontrará seu sustento na fé inabalável na fidelidade de Deus. O profeta Jeremias, em 31,1-6, esboça uma teologia que a fé judaica ainda pouco havia explorado, uma teologia escatológica, no sentido de que o povo seria reunido de novo por Deus:

---

<sup>11</sup> BOFF, Leonardo. *Do lugar do Pobre*. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 48.

<sup>12</sup> SMELROTH, Otto. *A Igreja, novo Povo de Deus*. In. BARAÚNA. *A Igreja do Concílio Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1965, p. 88.

“Naquele tempo, - oráculo de Iahweh – eu serei o Deus de todas as famílias de Israel, e elas serão o meu povo. Assim disse Iahweh: encontrou graça no deserto, o povo que escapou à espada. Israel caminha para seu descanso. (...). Eu te construirei de novo e serás reconstruída, Virgem de Israel. De novo te enfeitarás, com os seus tamborins, sairás em meio a danças alegres. (...). Sim, virá o dia, em que os vigias gritarão sobre a montanha de Efraim: “De pé! Subamos a Sião, a Iahweh nosso Deus!”

Com efeito, mesmo sendo essas palavras dirigidas ao resto de Israel, no sentido de o ato divino de salvação se realizar nesta terra num povo concreto e situado, elas também podem ser, compreendidas como promessa de salvação de todo o gênero humano. Trata-se da salvação de todos os povos mediante uma nova e eterna Aliança com a vinda do Messias. É isso o que afirmam Jeremias e Isaías:

“Eis que dias virão em que selarei com a casa de Israel uma nova Aliança. Não como a aliança que selei com seus pais, no dia em que os tomei pela mão para fazê-los sair do Egito – minha aliança que eles mesmos romperam, embora eu fosse o seu Senhor. (...) . Eles não mais terão que instruir o seu próximo ou seu irmão, dizendo: “Conhececi a Iahweh”, porque todos me conhecerão, do menor ao maior, vou perdoar sua culpa e não me lembrarei mais de seu pecado”<sup>13</sup>

“Um ramo sairá do tronco de Jessé, um rebento brotará de suas raízes. Sobre ele repousará o espírito de Iahweh (...). Naquele dia, a raiz de Jessé, que se ergue com um sinal para os povos, será procurada pelas nações, e sua morada se cobrirá de glória. Naquele dia, o Senhor tornará a estender sua mão para resgatar o resto de seu Povo”<sup>14</sup>

A comunidade, que se formará a partir de Jesus progressivamente aplicará a si mesma a realização de tais esperanças do profetismo veterotestamentário. De fato, em Cristo se realiza a

---

<sup>13</sup> Jr 31,31-34

<sup>14</sup> Is 11,1-11

plenitude da lei e dos profetas, Nele se cumprem todas as promessas, sobretudo a promessa da construção de um povo todo de Deus. Jesus se torna essencial para a constituição de um novo povo, uma vez que a descendência de Abraão está agora subordinada à pertença a Cristo e, por consequência, à Igreja.<sup>15</sup>

## **2. Novo Testamento: O novo Povo de Deus é a Igreja**

De forma contundente, a *Lumen Gentium* afirma que a constituição de um novo povo de Deus tem sua origem em Cristo. A nova Aliança, instituída por Jesus Cristo, da qual nasce o novo povo de Deus, possui três marcas essenciais e inseparáveis: o enraizamento da Igreja no Antigo Testamento, não sendo formada a partir de uma ruptura, mas continuidade com o povo da antiga Aliança; a novidade radical em Jesus Cristo; e sua abertura para todas as pessoas, tanto judeus quanto pagãos.<sup>16</sup>

O DOC 105, nº 96, vai justamente enfatizar a noção de que há um povo convocado por Cristo. Esse povo não é um povo diferente do povo de Israel, mas é continuidade desse, “provém dentre os judeus e gentios”. Claro que a vocação de ser Povo de Deus se abre com Cristo a todas as pessoas que n’Ele professarem a fé salvífica.

O Povo de Deus, assume o sentido de universalidade da mesma forma que a salvação oferecida por Deus, em Jesus Cristo, será universal. O Povo eleito não se restringe mais a Israel, mas está aberto a todos os povos,<sup>17</sup> uma vez que a obra redentora de Jesus atinge todo o gênero humano, pois Ele morreu “não só pela nação, mas para congregar na unidade todos os filhos de Deus dispersos”, conforme (João 11,52).<sup>18</sup>

Indubitavelmente, a vinculação da Igreja a Deus, expressa por caracterização como povo de Deus, só será compreendida com exatidão, se se levar em conta seu caráter de povo eleito. A Igreja se tem designado a si mesma como povo de Deus, porque se considera a consumação das promessas feitas ao povo do Antigo Testamento. Mas é importante assinalar que a Igreja não é somente povo, mas novo Povo de Deus. Isso não quer dizer que Deus tenha dois povos, o

---

<sup>15</sup> Cf. Gl 3,29.

<sup>16</sup> HACKMANN, Geraldo. *A amada Igreja de Jesus Cristo*. Manual de Eclesiologia como Comunhão Orgânica. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003, p. 158.

<sup>17</sup> Cf. Ef 2,14

<sup>18</sup> ALMEIDA, Antonio José. *Lumen Gentium: a transição necessária*. São Paulo: Paulus, 2005, p. 78.

velho e o novo, existentes paralelamente entre si. Pela aceitação da Nova Aliança, podem fazer parte do novo povo, povo da consumação, povo das antigas promessas, que é chamado por Deus para se fazer novo povo, uma vez que Deus “não repudiou o seu povo, que escolheu desde o princípio”, conforme (Romanos 11,2).<sup>19</sup> Essa Nova Aliança realizada por Cristo é o verdadeiro fundamento do novo Povo de Deus.<sup>20</sup>

O distanciamento histórico não pode ser explicado como uma separação total; é certo que a fé judaica não é ordenada a colher a existência da Igreja, mas a Igreja, como está constituída, não pode prescindir do patrimônio judaico de história e de fé para sua autocompreensão como Novo Povo de Deus. A própria Escritura dos judeus é, também, para todos os cristãos o *locus* da revelação de Deus.<sup>21</sup> Para tornar mais clara essa ideia de não ruptura, a relação da Igreja com o povo hebreu pode ser apresentada da seguinte maneira: *sucessão-substituição* – o povo de Deus das origens perdeu a própria legitimidade; *superação* – por causa do Evangelho de Jesus, a fé hebraica está destituída de valor; *integração* – o que há de válido e verdadeiro na fé hebraica é assumido e conservado na fé cristã.<sup>22</sup>

Jesus, escolhendo os doze como os primeiros representantes do Povo de Deus sobre a terra, retomou um antigo símbolo, justamente o símbolo dos doze patriarcas, pais do Povo do Antigo Testamento. Os doze formaram o resto de Israel predito pelos profetas. E é sabendo disso que Jesus, na última Ceia, empregou as próprias palavras de Moisés ao pé do Sinai, quando este concluía a primeira Aliança, para exprimir que a Nova Aliança renovava a Antiga. É assim que a comunidade primitiva compreendeu a Jesus. E mais, Jesus não somente retomou toda revelação de Deus no Antigo Testamento, como também lhe acrescentou uma novidade: Yahweh, o Deus de Israel, é seu Pai de maneira absolutamente única e particular. Pregando o Reino de Deus, quis que pelo seu comportamento, sua atitude, suas palavras e pelo mistério de sua Pessoa estabelecer que a salvação deve operar nessa terra em uma humanidade renovada. Esta renovação é pautada na prática dos

---

<sup>19</sup> SMMELOTH, Otto. *A Igreja, novo Povo de Deus*. In. BARAÚNA. *A Igreja do Concílio Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1965, p.485.

<sup>20</sup> CNBB. *Cristãos leigos e leigas na Igreja e na Sociedade*. Sal da Terra e Luz do Mundo (Mt 5, 13-14). Documento 105. CNBB. Brasília: Edições CNBB, 2016, p. 59.

<sup>21</sup> ALMEIDA, Antonio José. *Lumen Gentium: a transição necessária*. São Paulo: Paulus, 2005, p. 149.

<sup>22</sup> ALMEIDA, 2005, p. 150.

mandamentos, sobretudo do mandamento novo, que é a lei do amor<sup>23</sup>, cuja referência é o próprio Jesus.<sup>24</sup>

Jesus se distancia do Judaísmo e seu comportamento o define como um transgressor. Tal afirmação pode ser provada nas questões sobre o sábado, o puro e o impuro, a companhia dos pecadores, o jejum. Para Jesus, a ordem existente já é caduca. No Sermão da Montanha, Jesus é colocado como novo Moisés: reformou a Lei e, ao apresentar-se como Filho do Homem, associou a si uma comunidade de eleitos que entrarão no Reino.<sup>25</sup>

Joseph Ratzinger, em seu livro *Novo Povo de Deus*, afirma que Jesus tinha pretensões maiores do que apenas defender uma nova moralidade. Sua intenção era formar uma nova comunidade, um novo povo. E esta comunidade é formada por uma estreita ligação com Israel do Antigo Testamento. Jesus demonstrou essa sua vontade quando, segundo Marcos, chama uma pequena quantidade de homens, uma pequena comunidade, a dos “doze”. Número este de muita significação:

O número doze tinha para eles um significado especial e, portanto, não era algo casual. Israel sempre fora encarado como o povo das doze tribos, as quais deveriam ser reconstituídas nos tempos messiânicos. Elas se haviam originado no tempo dos doze filhos de Jacó-Israel. Constituindo os doze, Jesus manifestou-se como o novo Jacó, que então lançava os fundamentos do novo Israel e do novo Povo de Deus.<sup>26</sup>

Ratzinger continua seu pensamento dizendo que o fato de Cristo procurar os doze, sempre teve em vista o objetivo de implantar a Igreja, sendo os doze os pais espirituais deste novo povo. Existem momentos fortes em que Jesus demonstra seu ardente desejo de instituir uma Igreja, da qual ele seria Senhor. Tais momentos foram quando ele conferiu a Pedro o poder de ligar e desligar<sup>27</sup> fazendo o mesmo com os outros apóstolos,<sup>28</sup> e quando

---

<sup>23</sup> Cf. Jo 13,34

<sup>24</sup> CNBB. *Cristãos leigos e leigas na Igreja e na Sociedade*. Sal da Terra e Luz do Mundo (Mt 5,13-14). Documento 105. CNBB. Brasília: Edições CNBB, 2016, p. 59.

<sup>25</sup> RIGAUX, Beda. *O Mistério da Igreja à Luz da Bíblia*. In: BARAÚNA. A Igreja do Concílio Vaticano II. Petrópolis: Vozes, 1965, p. 327.

<sup>26</sup> RATZINGER, Joseph. *O Novo Povo de Deus*. Trad. Clemente Raphael Mahl. São Paulo: Paulinas, 1969, p. 77.

<sup>27</sup> Mt 16,18s; Jo 21,15-17.

desejou, de fato, fundar a Igreja na última ceia. Cristo fez ver que sua ceia era a verdadeira páscoa em íntima analogia com a páscoa judaica. O sangue do cordeiro, que protegeu os filhos de Israel da matança dos primogênitos do Egito pelos anjos de Deus, foi o princípio da constituição do povo de Israel; é por isso que celebrando a páscoa todos os anos, os israelitas recordavam aquela noite em que nascera como povo. Então, Cristo, em sua ceia, se apresenta como o verdadeiro cordeiro que se imola por todos. Daí se tem a conclusão de que a ceia se transformou em origem de um novo povo de Israel.<sup>29</sup>

Marcos, Mateus e João não deixaram de notar e registraram a afirmação de Jesus, segundo a qual reconstruiria em três dias o templo destruído, substituindo-o por outro. Tal afirmação se encontra em Marcos capítulo 14 (versículo 57) , Mateus capítulo 26 (versículo 61) e João capítulo 2 (versículo 19). Quer nos Sinóticos, quer no Evangelho de João, tem-se claramente a ideia de que este novo templo não é feito por mãos humanas,<sup>30</sup> mas se constitui no próprio corpo do Senhor Jesus, que depois da morte se tornou corpo glorioso. Este evento, na vida de Jesus, revela a ruína do culto antigo centralizado no Templo de Jerusalém e, conseqüentemente a ruína do povo antigo e da sua economia da salvação. É por isso que o véu diante do Santo dos Santos se rasga,<sup>31</sup> significando que o Templo deixa de ser o local da presença de Deus. Com a morte de Jesus, o antigo templo, o culto e o povo antigo perdem sua razão de existir, pois são chamados a ceder lugar ao culto do novo templo que é senão o corpo glorioso de Jesus, que marca a presença de Deus entre os homens.<sup>32</sup>

Citando Paulo, Ratzinger tentar resolver uma questão: em que sentido a união de um povo novo, instaurado pela Nova Aliança, está em unidade com Cristo, “ ... pois vós todos sois um só em Cristo”.<sup>33</sup> Assim, o teólogo reflete que a unidade do gênero humano encontra seu início em Adão, pelo simples fato de nossa existência corpórea depender dele. No entanto, com Cristo não há este tipo de união, mas, sendo o segundo Adão,<sup>34</sup> toda a humanidade é enxertada na

---

<sup>28</sup> Mt 18,18.

<sup>29</sup> RATZINGER, Joseph. *O Novo Povo de Deus*. Trad. Clemente Raphael Mahl. São Paulo: Paulinas, 1969, p. 77.

<sup>30</sup> Cf. Mc 14,58.

<sup>31</sup> Mc 15,38.

<sup>32</sup> RATZINGER, Joseph. *O Novo Povo de Deus*. Trad. Clemente Raphael Mahl. São Paulo: Paulinas, 1969, p. 79.

<sup>33</sup> Gl 3,28b

<sup>34</sup> Cf. Rom 11,16-19

realidade espiritual de Cristo, para ser, por conseguinte, transformada em um novo organismo, em novo corpo, formando novo povo, através de um novo nascimento<sup>35</sup>, possível somente por meio do batismo.<sup>36</sup>

É certo que a comunidade primitiva inicialmente não se entendia como Povo de Deus. Por causa da aceitação, e não rejeição de Jesus, aos poucos foram entendendo que faziam parte da missão divina. E foi a partir da atividade missionária de Paulo que a face do novo povo é moldada. Aos poucos, a noção de novo Povo de Deus é entendida à luz do batismo trinitário. O novo Povo de Deus é formado pela totalidade dos batizados<sup>37</sup>.

Todas as pessoas, todos os povos e nações, pela conversão a Cristo, podem se tornar povo de Deus, assim como afirma São Tiago durante o Concílio de Jerusalém: “desde o início Deus cuidou de fazer dos pagãos um povo que trouxesse seu nome”.<sup>38</sup> Assim, o novo povo de Deus representa a união e a comunhão da vasta rede de comunidades cristãs espalhadas, da união do conjunto e batizados, inseridos na visibilidade eclesial.<sup>39</sup>

Através da missão é que se reúnem os primeiros crentes,<sup>40</sup> os irmãos,<sup>41</sup> empenhados no mesmo caminho.<sup>42</sup> De tal forma, expressa o documento da Igreja brasileira que a compreensão da Igreja como Povo de Deus ultrapassa uma compreensão pessoal e individualista para uma outra comunitária e relacional, não existindo um “eu” sou Povo de Deus, mas, “somos Povo de Deus”. Assim se encontra no nº 97 do DOC 105: “a noção de Igreja como Povo de Deus lembra que a salvação, embora pessoal, não considera as pessoas de maneira individualista, mas como inter-relacionadas e interdependentes.”<sup>43</sup>

A missão da Igreja está em proclamar a Boa Nova aos povos e batizá-los, mandato este dado por Jesus pouco antes de sua

---

<sup>35</sup> Rm 6,1-11; I Cor 12,13a

<sup>36</sup> RATZINGER, Joseph. *O Novo Povo de Deus*. Trad. Clemente Raphael Mahl. São Paulo: Paulinas, 1969, p. 79.

<sup>37</sup> CNBB. *Cristãos leigos e leigas na Igreja e na Sociedade*. Sal da Terra e Luz do Mundo (Mt 5,13-14). Documento 105. CNBB. Brasília: Edições CNBB, 2016, p. 60.

<sup>38</sup> At 15,14

<sup>39</sup> BOFF, Leonardo. *Do lugar do Pobre*. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 46.

<sup>40</sup> At 5,14

<sup>41</sup> At 11,1; 12,17-18

<sup>42</sup> At 9,2;22,4

<sup>43</sup> CNBB. *Cristãos leigos e leigas na Igreja e na Sociedade*. Sal da Terra e Luz do Mundo (Mt 5,13-14). Documento 105. CNBB. Brasília: Edições CNBB, 2016, p. 43.

Ascensão,<sup>44</sup> até que a Igreja encontre sua consumação final na unidade da Trindade. A LG nº 9 qualifica este novo povo como um povo messiânico, que tem origem nos desígnios eternos do Pai que envia seu Filho e o Espírito de seu Filho. E ainda, este povo messiânico é para todo o gênero humano *locus* de unidade, esperança e salvação, como também instrumento de salvação de todos, pois a Igreja é enviada ao mundo para ser luz e sal da terra.<sup>45</sup> Quem entra na Igreja, torna-se membro do novo Povo de Deus pelo batismo. O modo da participação no sacerdócio de Jesus se faz por meio do sacerdócio comum dado pelas águas batismais. Este sacerdócio derivando de Cristo-Sacerdote, o Cordeiro imolado, impele a todos a fazerem de suas vidas um culto agradável a Deus, pois a regeneração do batismo e a unção do Espírito fazem de todo batizado “uma morada espiritual e um sacerdócio santo.”<sup>46</sup>

Pois os batizados, pela regeneração e unção do Espírito Santo, são consagrados como casa espiritual e sacerdócio santo, para que por todas as obras do homem cristão ofereçam sacrifícios espirituais e anunciem os poderes d’Aquele que das trevas os chamou à luz admirável, conforme I Pedro capítulo 2 (versículos 4 a 10). Por isso todos os discípulos de Cristo, perseverando em oração e louvando juntos a Deus, Atos capítulo 2 (versículos 42 a 47), ofereçam-se como hóstia viva, santa e agradável a Deus, Romanos capítulo 12 (versículo 1).<sup>47</sup>

Esse sacerdócio régio, comum a todos os fiéis, com origem em Cristo, é oferecido a todos no batismo, mas difere, em essência e em grau, do ministério ordenado. Esse é fruto dos diversos dons com que Jesus cumulou a sua Igreja. O ministério ordenado, dentro das funções que lhe advêm pelo celebração dos sacramentos, especialmente o da Sagrada Eucaristia e da Penitência. Quanto aos leigos, o Espírito distribui seus dons “a cada um como lhe apraz”<sup>48</sup> e por esses dons são capacitados para assumirem qualquer sacramento da Ordem, forma e rege o povo sacerdotal, guiando-o e

---

<sup>44</sup> Mt 28,16-20.

<sup>45</sup> Cf. Mt 5,13-16,

<sup>46</sup> PHILIPON, Michel. *A Santíssima Trindade e a Igreja*. In: BARAÚNA. A Igreja do Concílio Vaticano II. Petrópolis: Vozes, 1965, p. 373.

<sup>47</sup> LG, nº 10.

<sup>48</sup> I Cor 12,11

alimentando-o, sobretudo na trabalho e ofício que dignamente contribuem a renovação da Igreja. Segue o que diz o DOC 105 nº 93:

A unidade da Igreja se realiza na diversidade de rostos, carismas, funções e ministérios. É importante dar conta deste grande dom da diversidade, que potencializa a missão da Igreja realizada pelos seus membros, em liberdade, responsabilidade e criatividade.<sup>49</sup>

Portanto, fica claro que a ninguém se excluem os dons e carismas, nem mesmo funções, salvaguardando aqueles que possuem condições próprias condições que foram dadas por Cristo, no evento de sua instituição, ou mesmo condições reguladas pelo Magistério da Igreja. Todos os carismas e ministérios que devem estar ordenados a cumprir o pedido de Jesus a seu Pai, para que todos sejam um, à semelhança de sua relação com o Pai, na procura pela união e santidade de vida. Assim expressa a LG nº 11: “munidos de tantos e tão salutares meios, todos os cristãos de qualquer condição ou estado são chamados pelo Senhor, cada um por seu caminho, à perfeição da santidade pela qual é perfeito o próprio Pai”.

Cristo institui uma Igreja, isto é, uma nova e visível comunidade de salvação, sendo configurada como novo Israel e como novo Povo de Deus. O novo povo de Deus é verdadeiro povo, em virtude de sua união com Cristo, pois, formando um só corpo eclesial, os cristãos possuem a mesma fé e celebram os mesmos mistérios. E dada a importância dessa qualidade da Igreja, como comunidade visível unida por uma mesma fé, é que se irá aprofundá-la no próximo item.

### **3. Comunidade visível unida pela fé invisível**

A Igreja é a realidade da Nova Aliança, união dos seres humanos redimidos e reconciliados por Deus em Cristo Jesus. De fato, a Antiga Aliança, como já foi enfatizada, estava endereçada a um determinado povo, realidade racial e carnal, e os bens da Aliança, recebidos de Deus em herança, são bens materiais e terrestres. No entanto, sob influência da pregação dos profetas, quando Israel ficou privado de sua terra por ocasião do Exílio na Babilônia, a ideia de povo de Deus alargou-se e se tornou mais

---

<sup>49</sup> CNBB. *Cristãos leigos e leigas na Igreja e na Sociedade*. Sal da Terra e Luz do Mundo (Mt 5,13-14). Documento 105. CNBB. Brasília: Edições CNBB, 2016, p. 58.

espiritual. Os herdeiros não são apenas um povo carnal, somente pura coletividade racial, mas um Israel verdadeiramente religioso. As fronteiras étnicas são superadas e o chamamento de Deus estendeu-se a todo homem e a todo povo que obedecesse a Yahweh na justiça.<sup>50</sup> Assim, assume também a Igreja, não sendo uma aglomeração radical, ou mesmo sectária, mas comunidade visível no mundo, unida por uma fé invisível.<sup>51</sup>

Aqui fica evidente um paradoxo: a Igreja é, ao mesmo tempo, uma realidade visível e invisível. E tal dialética tem origem na própria ideia de mistério que envolve a Igreja, que já se explicitou neste trabalho. Nenhuma passagem do Novo Testamento sugere a noção de uma Igreja invisível, mas isso não impede de se afirmar que a Igreja ultrapassa misteriosamente os limites de sua própria visibilidade, em virtude de sua própria essência. Assim explicita a *Lumen Gentium*: O único Mediador Cristo constituiu e incessantemente sustenta aqui na terra sua Santa Igreja, comunidade de fé, esperança e caridade, como entidade visível pela qual difunde a verdade e a graça a todos.<sup>52</sup>

É preciso, pois, esclarecer o que significa esta comunidade de fé, da qual fala a *Lumen Gentium*, para se entender o porquê de a Igreja possuir esta qualidade de ser comunidade de fé. O sentido da fé bíblica é uma decisão pessoal que compromete a pessoa por toda a vida, mas não é um ato privado do qual a pessoa seria responsável por sua fé apenas diante de Deus e de sua própria consciência. No Antigo Testamento, a fé tem sempre correlação essencial com a comunidade. Sinal disso está particularmente na relação entre os escritos veterotestamentários e o culto, que são essencialmente um ato comunitário. Encontra-se na Bíblia, do começo ao fim, o relato das experiências e a forma de cultos essencialmente comunitários como as romarias, procissões, festas, santuários, Templo, ritos e sacrifícios, salmos, cânticos, orações. Ou seja, o culto de Israel é, na sua totalidade, um culto ligado à vida e à história do povo, que tem sua expressão máxima na confissão de fé de que Iahweh é o Deus de Israel, sendo, por isso, no Antigo Testamento, inconcebível uma fé privada e isolada, à margem da fé do povo de Deus.<sup>53</sup>

---

<sup>50</sup> Cf. Is 2, 1ss; 56

<sup>51</sup> CONGAR, Yves. *Introdução ao Mistério da Igreja*. Trad. de Petrus Gerardus Hollanders. São Paulo: São Paulo: Herder, 1966, p. 8.

<sup>52</sup> LG, n<sup>o</sup>8.

<sup>53</sup> BARREIRO, Álvaro. *Povo Santo e Pecador: a Igreja questionada e acreditada*. São Paulo: Loyola, 1994, p. 90.

Em última análise, o sujeito de fé, no Antigo Testamento, é um sujeito comunitário, uma vez que esta afirmação encontra confirmação na terminologia *qahal Iahweh*, de que os Setenta traduzem por *ekklesia tou Theou*, significando Povo de Deus reunido, reunido para o culto, no qual se ouve a Palavra, se recitam os salmos, cantam-se os cânticos e se reafirma sua fé e seu compromisso com o Deus da Aliança. Já no Novo Testamento, a dimensão comunitária da fé, constitutiva da fé bíblica veterotestamentária, é ainda mais radicalizada e concentrada. O Deus revelado por Jesus não é um novo deus, mas o mesmo Deus comunitário de Israel, o Deus Criador e Pai de todos os seres humanos. Assim corrobora o DOC 105, no nº 103, sobre essa realidade comunitária de pertença a Deus e, por consequência, à Igreja:

Assim sendo, os indivíduos na Igreja, mantendo sua subjetividade, possuem uma identidade comunitária, possibilitada e mantida pelo Espírito de Cristo. Esta identidade comunitária vale para a Igreja em seu sentido universal, que atravessa a história, em todos os lugares e em todos os tempos.<sup>54</sup>

O desígnio salvífico de Deus, empenhado por Jesus, é comunitário na sua destinação e na sua recepção: é revelado, oferecido e acolhido na Igreja. Assim, a decisão de acolher a mensagem da salvação tem que ser tomada por cada um, mas essa decisão somente se torna realidade salvífica quando incorporada à comunidade de fé dos fiéis que creem, por meio do batismo,<sup>55</sup> sendo, então, a fé comum,<sup>56</sup> o vínculo primeiro e fundamental da comunidade que é a Igreja.<sup>57</sup>

Um fato esclarecedor da dimensão comunitária da fé está justamente na ideia de que os Evangelhos foram escritos por diversas comunidades locais com intenção de oferecer razões teológicas ao aparente fracasso da missão de Jesus, à primeira vista inexplicável, sobretudo sua Paixão e morte na cruz. Mas, a partir da

---

<sup>54</sup> CNBB. *Cristãos leigos e leigas na Igreja e na Sociedade*. Sal da Terra e Luz do Mundo (Mt 5,13-14). Documento 105. CNBB. Brasília: Edições CNBB, 2016, p. 61.

<sup>55</sup> Cf. At 2,41-47; 5,14; 8,36; 16,14-15.

<sup>56</sup> Tt 1,4.

<sup>57</sup> BARREIRO, Álvaro. *Povo Santo e Pecador: a Igreja questionada e acreditada*. São Paulo: Loyola, 1994, p. 53.

Ressurreição, foram recolhidas as palavras e ações de Jesus que pudessem fortalecer a fé e a conduta das comunidades. Os sinóticos acentuam o aspecto individual da fé, porém no sentido de fé como decisão pessoal. Marcos vê nos Doze a representação visível e institucional da comunidade messiânica;<sup>58</sup> Mateus também vê na comunidade dos Doze a Igreja pré-formada do Novo Testamento, mas não é uma comunidade fechada, como a de Qumrã, mas aberta, pois Jesus “constituiu os Doze para enviá-los a pregar,<sup>59</sup> e antes da Ascensão deu o mandato missionário de fazer que todas as nações se tornem seus discípulos<sup>60</sup> já para Lucas, o novo Povo de Deus, no qual se realiza a Promessa, está formado por aqueles convertidos pela pregação dos Apóstolos e pelos sinais do Espírito Santo que, crendo, são batizados.<sup>61</sup>

João, em seu Evangelho, enfatiza que a fé está vinculada à pessoa de Jesus, especialmente em relação ao cumprimento do mandamento novo, do amor fraterno, portanto, a fé da comunidade eclesial deve-se expressar na fraternidade entre os irmãos. Já a fé, nos Atos dos Apóstolos, como sinalizado acima, é condição necessária para se receber o batismo, sendo este batismo caracterizado como um rito de agregação à comunidade, como um selo sobre os que creem que Jesus Ressuscitou, e mais, Lucas ainda apresenta a visão de uma Igreja unida em torno dos Apóstolos, sobretudo nas figuras de Pedro e Paulo. Para Paulo, a dimensão comunitária da fé está na sua visão de que a Igreja é o novo Israel, cuja realidade está fundamentada não mais na carne de Abraão, mas no cumprimento das promessas feitas a Abraão, em Jesus Cristo, tema este desenvolvido principalmente em Rm 2,28s; 4; Gl 3,4; Col 2,11s; Fl 3,2ss.<sup>62</sup>

Sempre fora desejo de Jesus deixar os cuidados da Igreja aos Apóstolos. Assim afirma a *Lumen Gentium* 8: “Nosso Salvador, depois de sua Ressurreição entregou a Pedro para apascentar<sup>63</sup> e confiou a ele e aos demais Apóstolos para propagar e reger,<sup>64</sup> levantando-a para sempre como “coluna e fundamento da verdade.”<sup>65</sup>

---

<sup>58</sup> Cf. 3,13-18.

<sup>59</sup> Mt 3,14

<sup>60</sup> Cf. Mt 28,19

<sup>61</sup> BARREIRO, Álvaro. *Povo Santo e Pecador: a Igreja questionada e acreditada*. São Paulo: Loyola, 1994, p. 61.

<sup>62</sup> BARREIRO, 1994, p. 55.

<sup>63</sup> Jo 21,17

<sup>64</sup> Cf. Mt 28,18ss

<sup>65</sup> 1 Tim 3,15

Depois de visto que a fé é expressão de uma adesão pessoal a Jesus, vivida em comunidade, é preciso apresentar em que consiste essa fé, ou seja, qual é o conteúdo dessa fé comunitária. A fé bíblica, como se viu, tanto no Antigo quanto no Novo Testamento, é ao mesmo tempo e inseparavelmente *fides qua* (fé como ato, adesão pessoal a Jesus Cristo, com a certeza de que só Ele pode salvar o ser humano) e *fides quae* (fé como conteúdo, adesão ao conteúdo de um Credo e sua profissão pública). O ato de crer implica, sem sombra de dúvidas, um determinado conteúdo de fé. A Igreja primitiva, foi desde sua origem, uma Igreja que sempre confessou e pregou sua fé, pois eram conscientes da novidade da fé e da salvação escatológica, das quais eram guardiães. O modo de vida da Igreja levou à elaboração de um credo, que fora se aperfeiçoando ao longo do tempo. Este fato estava essencialmente ligado à pregação, à liturgia, sobretudo do batismo, com o período de instrução catequética que o precedia e as controvérsias, quer *ad intra* contra os hereges, quer *ad extra* contra os pagãos.<sup>66</sup>

O nome “Símbolo” foi utilizado primeiramente no Ocidente e depois no Oriente, sendo o sentido primeiro de Símbolo, tanto para o latim, quanto para o grego, sinal, senha ou prova, que remetia a outra realidade, justamente simbolizada por esse sinal, e, uma vez aplicado à profissão de fé, o Símbolo possibilita e expressa seu conteúdo essencial comum da fé. É claro que houve significativa evolução do Credo, pois até o começo do século IV, os Símbolos da fé eram breves sumários elaborados pelas Igrejas locais para a instrução, enquanto que com o Concílio Niceno-Constantinopolitano encontra-se o Credo mais elaborado e completo da fé cristã. O caráter doutrinal da fé se expressa no Credo, não se opõe ao caráter pessoal da mesma fé, pois o ato de profissão de fé é eminentemente pessoal, e por isso o Credo é formulado na primeira pessoa do singular: “Creio.”<sup>67</sup>

Assim, depois de exposta a qualidade do Novo Povo de Deus como comunidade de fé, “uno e único” povo de Deus, e em que consiste tal fé, resta ainda falar um pouco sobre a organização visível dessa comunidade de fé, que é a Igreja. Com isso, “todos os homens são chamados a pertencer ao novo Povo de Deus. Por isso, este povo, permanecendo uno e único, deve estender-se a todo o mundo e por

---

<sup>66</sup> BARREIRO, Álvaro. *Povo Santo e Pecador: a Igreja questionada e acreditada*. São Paulo: Loyola, 1994, p. 63.

<sup>67</sup> BARREIRO, 1994, 63.

todos os tempos para que se cumpra o desígnio da vontade de Deus.”<sup>68</sup>

A nova relação dos fiéis para com a Igreja é uma relação considerada como um todo, na perspectiva da universalidade eclesial. No entanto, a pertença à comunidade universal dos fiéis é impossível sem uma incorporação na comunidade eclesial concreta e localizada. Essa comunidade se apoia primariamente no seu respectivo sucessor de Pedro, que é o Papa, e no legítimo Bispo, pois só serão incorporados plenamente à sociedade da Igreja aqueles que aceitam sua organização e todos os meios de salvação nela instituídos e na sua estrutura visível regida por Cristo através do Sumo Pontífice e dos Bispos. O Romano Pontífice se caracteriza por ser o perpétuo e visível princípio e fundamento da unidade tanto dos Bispos como dos fiéis, sendo que os Bispos individualmente, representam sua Igreja particular que, unidos ao Bispo de Roma, adquirem vínculo com a Igreja Universal.<sup>69</sup>

O Decreto *Christus Dominus*, do Concílio Vaticano II, sobre o múnus pastoral dos Bispos da Igreja, de forma mais completa trabalha a relação dos bispos diante das Igrejas Particulares e destas com universalidade eclesial. O novo Povo de Deus é organizado concretamente numa porção da Igreja, que é particular, sendo a Igreja de Cristo dotada de todos os meios de santificação, dons e carismas. Mas isso não quer dizer que as Igrejas particulares abrangem todo o Povo de Deus de modo que possa se separar-se da comunidade Católica ou Universal. Antes, possui toda essa riqueza justamente para estar unida à Igreja Universal, da qual é sinal. Ainda mais, a *Lumen Gentium* fala que a riqueza dessa representação e mediação não está apenas ligada à materialidade concreta do lugar, mas sim à comunidade de fé viva, que, unida ao seu Bispo, santifica o lugar onde quer que esteja, de modo que em toda a comunidade de altar unida para o sacrifício, sob o ministério sagrado do Bispo, manifesta-se o símbolo daquela caridade e unidade de Cristo, sem a qual não pode haver salvação.<sup>70</sup>

De fato, em sua grande maioria, os fiéis vivem a vida de fé normalmente com um sacerdote. Esse presbítero exerce sua função dentro do múnus de Cristo Pastor e Cabeça, unindo numa só família de Deus todo o povo como uma fraternidade conduzida a Deus Pai,

---

<sup>68</sup> LG, n° 13.

<sup>69</sup> NEUNHEUSER, Burkard. *A Igreja Universal e a Igreja Local*. In: BARAÚNA. *A Igreja do Concílio Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1965, p. 669.

<sup>70</sup> NEUNHEUSER, 1965, 670.

por Cristo, no Espírito. Todo sacerdote exerce sua função como representante do Bispo, de sorte que este confirme a unidade entre todas as paróquias, sendo elas e suas comunidades a representação e manifestação de toda a Igreja, reunida como família, originada pelo sacramento do matrimônio. Os fiéis leigos participam da Ceia Eucarística e se fortalecem para a ação do amor na vida diária, como uma Igreja Doméstica.<sup>71</sup>

Todo Povo de Deus se concretiza nas Igrejas particulares e nas próprias culturas cujos valores e costumes são assumidos e purificados.<sup>72</sup> Para o Vaticano II, Povo de Deus somente se realiza enquanto povo histórico, unido por uma fé invisível, coerente e experimentada, e organizado institucionalmente por meio de ministérios e carismas. Deus, na Igreja, oferece todos os meios de santificação pessoal, segundo cada estado de vida, mas não se pode esquecer de que o gênero humano, depois do pecado, está corrompido.

### **Considerações finais**

Objetivou-se neste artigo expor nossa pesquisa que resgata a definição de Igreja como Povo de Deus à luz do Doc. 105, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, “Cristãos Leigos e Leigas na Igreja e na Sociedade” – Sal da Terra e Luz do Mundo. Por conta disso, não podemos deixar de considerar que o referido Documento do Magistério da Igreja no Brasil pode ser tido como um esforço por trazer, mesmo depois de mais de 50 anos do encerramento do Concílio Vaticano II, suas proposições sobre a Igreja.

Tanto o Vaticano II (1962-1965), quanto o Doc. 105 (2016) tiveram a intenção de levar a cabo uma nova compreensão da Igreja para si mesma e torna a tarefa da evangelização mais atual e mais renovada. É nesse sentido que as mudanças eclesiológicas daquela época têm produzido no tempo de hoje, sobretudo no contexto brasileiro, uma busca maior por uma Igreja que valoriza o batismo, o senso de fé do povo, a proximidade com as realidades de sofrimento do nosso povo, o protagonismo da missão, a valorização do protagonismo leigo, temas esses tratados tanto no Concílio Vaticano II, quanto, no Doc. 105 da CNBB.

---

<sup>71</sup> NEUNHEUSER, 1965, 671.

<sup>72</sup> Cf. LG, n<sup>o</sup> 13; Cf. EM, n. 20.

Diante de um mundo plural, existem discernimentos que são necessários, afirma o Doc. 105, no nº 6. Grande parte desse discernimento foi obra da Constituição Dogmática *Lumen Gentium* que promove a pertença e valorização à Igreja não mais pelo ordenamento hierárquico, mas destacando o batismo. Formam o Povo de Deus todos os batizados, em ato primeiro, e depois, em ato segundo, todos estes assumem vocações e ministérios diversos na vida da Igreja. Esse é o modo pelo qual o Concílio compreendeu a Igreja e sem dúvida, deve ser o modo como a Igreja Católica, no Brasil, se autocompreende.

Procuramos lançar, no desenvolvimento do nosso trabalho, os conceitos fundamentais utilizados pelo Concílio Vaticano II e pelo Doc. 105 para afirmar a Igreja como Povo de Deus. Não podíamos, no entanto, nos esquecer da História do Povo de Deus no Antigo Testamento. Houve a necessidade de se retomar as referências bíblicas da constituição de um povo eleito, do qual a Igreja é a continuidade. Ainda, corroboram o desenvolvimento de nossas ideias alguns pensamentos de padres conciliares que viveram as transformações eclesiológicas do Concílio Vaticano II, como Joseph Ratzinger e Yves Congar.

Por fim, desejamos que nosso trabalho possa trazer contributos àqueles que se esforçam no estudo da Teologia e de suas áreas afins, como a eclesiologia. O assunto não se esgota nestas linhas. Propomos que outras pesquisas possam ser somadas a nossa em torno da Teologia, para que haja crescimento cada vez mais aprofundado sobre a eclesiologia do Vaticano II.

## Referências

ALMEIDA, Antonio José. *Lumen Gentium: a transição necessária*. São Paulo: Paulus, 2005.

BARREIRO, Álvaro. *Povo Santo e Pecador: a Igreja questionada e acreditada*. São Paulo: Loyola, 1994.

BOFF, Leonardo. *Do lugar do Pobre*. Petrópolis: Vozes, 1984.

CNBB. Cristãos leigos e leigas na Igreja e na Sociedade. Sal da Terra e Luz do Mundo (Mt 5, 13-14). Documento 105. CNBB. Brasília: Edições CNBB, 2016.

CONCÍLIO VATICANO II. *Constitutio dogmatica de ecclesia Lumen Gentium*, AAS 57 (1965), pp. 5-67.

CONGAR, Yves. *Introdução ao Mistério da Igreja*. Trad. de Petrus Gerardus Hollanders. São Paulo. São Paulo: Herder, 1966.

HACKMANN, Geraldo. *A amada Igreja de Jesus Cristo. Manual de Eclesiologia como Comunhão Orgânica*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

LAMBERT, Bernard. *A nova imagem da Igreja*. Trad. De Nestor Dockhorn. São Paulo: Herder, 1969.

NEUNHEUSER, Burkard. *A Igreja Universal e a Igreja Local*. In: BARAÚNA. *A Igreja do Concílio Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1965.

RATZINGER, Joseph. *O Novo Povo de Deus*. Trad. Clemente Raphael Mahl. São Paulo: Paulinas, 1969.

RIGAUX, Beda. *O Mistério da Igreja à Luz da Bíblia*. In: BARAÚNA. *A Igreja do Concílio Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1965.

SMMELOTH, Otto. *A Igreja, novo Povo de Deus*. In: BARAÚNA. *A Igreja do Concílio Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1965.

PHILIPON, Michel. *A Santíssima Trindade e a Igreja*. In: BARAÚNA. *A Igreja do Concílio Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1965.